

ELEIÇÕES

Apoiado pelo senador Izalci, governador vai às prévias do PSDB contra o governador gaúcho Eduardo Leite, o senador Tasso Jereissati e o ex-prefeito Arthur Virgílio

Nelson Almeida/AFP



Doria no ato do último dia 12. Agora, a luta é para ser confirmado candidato à Presidência, numa campanha que terá Lula e Bolsonaro como alvos

Doria anuncia no DF que quer disputar o Planalto

» CRISTIANE NOBERTO

Sob o slogan “Para o PSDB voltar a vencer”, o governador de São Paulo, João Doria, oficializou, ontem, sua candidatura às prévias do partido, para a disputa à indicação da legenda à corrida presidencial de 2022. Ele não poupou críticas ao governo de Jair Bolsonaro, com quem rompeu pouco depois que ambos se elegeram, e deixou claro que também não haverá conversa com o PT de Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia dos tucanos é tentar construir uma terceira via de centro, agregando em torno do projeto partidos com perfis moderados de direita e de esquerda.

Além de Doria, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo

Leite, o senador Tasso Jereissati (CE) e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto, também oficializaram suas candidaturas ontem. As prévias do partido serão realizadas em 21 de novembro.

Para o governador paulista, o país não deve ficar aprisionado entre dois nomes de extremos. “O antipetismo será predominante na nossa campanha. Nós vencemos o PT em 2016 e em 2018. Fiz essas duas vitórias de maneira republicana, nunca utilizei subterfúgios que pudessem ser condenados. Fiz com propostas, e não com ataques pessoais”, disse.

Sobre Bolsonaro, uma das estratégias será a de desconstruir a ideia de honestidade vendida pelo presidente e de que ele continua sendo um *outsider* da política. “Rachadinha é crime, é rou-

bar dinheiro público. É possível, sim, administrar o Brasil sem roubar dinheiro público. É preciso reagir pelo Brasil, é preciso reagir pela democracia. Os tempos são de retrocesso institucional, democrático, econômico, ambiental, social, político e moral. Nossas instituições têm sido atacadas, mas dão provas de independência e coragem”, afirmou, citando não apenas o episódio que envolve o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), relativo ao mandato de deputado estadual, como os recentes atos em que Bolsonaro atacou o Supremo Tribunal Federal.

Transparência

O governador ressaltou a transparência do governo pau-

lista nas gestões do PSDB nos últimos cinco anos. “Fazer políticas públicas para os mais pobres não dá direito, a quem quer que seja, de roubar o dinheiro público. Os fins não justificam os meios. Na nossa primeira experiência, na prefeitura de São Paulo, ao lado de Bruno Covas, seguimos a boa prática do equilíbrio dos gastos públicos, transparência e inovação na gestão da maior cidade do país”, observou.

No Distrito Federal, o governador paulista contará com o apoio do senador Izalci Lucas: “Conversei com a militância, com todos os órgãos do PSDB do DF, e não tem candidato melhor para presidir esse país. Estamos 100% fechados com Doria”, afirmou.

TSE convoca plataformas contra fake news

» LUANA PATRIOLINO
» INGRID SOARES

O corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Felipe Salomão, convocou uma reunião com representantes de redes sociais para debater a disseminação de fake news durante as eleições. No encontro, que deve acontecer na próxima quinta-feira (23), serão debatidas medidas para bloquear os repasses financeiros às plataformas para canais que repassarem mentiras. A ideia é que as plataformas ajam mais incisivamente para evitar que a desinformação influencie no voto do eleitor.

Devem participar do encontro representantes do YouTube, Twitch.TV, Twitter, Instagram e Facebook. Em agosto, Salomão determinou o bloqueio da monetização de canais “suspeitos”, todos de orientação bolsionarista, que estavam espalhando notícias falsas. A medida atendeu a um pedido da Polícia Federal, que investiga a organização e o financiamento de ataques ao sistema eleitoral. A PF, por sua vez, apontou uma suposta engenharia criminosa que, segundo as investigações, transformou em negócio a divulgação de mentiras sobre as máquinas de votação.

O imbróglio acontece em meio às críticas de Jair Bolsonaro contra o sistema de votação brasileiro — ele próprio é alvo de um inquérito no TSE que investiga a disseminação de fake news. O

Luís Nova/Esp. CB/D.A Press - 6/11/17



Salomão cobrará das plataformas atuação mais firme contra mentiras

pedido é baseado nos constantes ataques, sem provas, feitos pelo presidente às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral.

Ao longo deste ano, Bolsonaro fez inúmeras declarações colocando em xeque a realização do pleito de 2022. O presidente subiu o tom contra o que chama de “fraudes” se o atual sistema eleitoral, com urnas eletrônicas, não for mudado para impressão do voto. No entanto, ele nunca apresentou provas de que as urnas sejam fraudáveis.

Já o presidente em exercício Hamilton Mourão defendeu o projeto de lei, enviado por Bolsonaro, que dificulta a remoção de conteúdo das redes sociais. Ele

observou que a retirada de conteúdos pelas plataformas é feita de forma “desorganizada”. A proposta foi formulada após uma medida provisória (MP) com o mesmo teor ter sido rejeitada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

“Na nossa visão, essa questão das plataformas de internet regular o que pode ou não pode ser publicado está um tanto desorganizada”, disse Mourão. Ele acrescentou que acredita que o Congresso deve realizar um balizamento sobre o assunto. “Quem é que decide o que eu vou suprimir ou não? Tem que ter algo que balize isso efetivamente. Vejo dessa forma”.

» Internet: para Lira, PL é o instrumento certo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse, ontem, que o caminho mais correto para se tratar das questões sobre as fake news é um projeto de lei. Um projeto precisa, antes de começar a valer, passar pelos ritos, debates e possíveis modificações de responsabilidade de deputados e senadores, enquanto, uma medida provisória (MP), editada unilateralmente pelo Poder Executivo, tem efeito imediato. Neste fim de semana, Jair Bolsonaro anunciou o envio ao Congresso de um projeto de lei que pretende mudar o Marco Civil da Internet e dificultar a remoção de conteúdos por parte das grandes plataformas de redes sociais. A nova proposta, anunciada no último domingo pelo governo, é uma tentativa de ressuscitar a MPL068, que tinha a mesma finalidade e foi editada pelo presidente às vésperas dos atos de 7 de Setembro. “Caminho correto é sempre projeto de lei. Já disse isso diversas vezes. Quando se manda um projeto de lei que não tem vigência imediata, que o Congresso pode discutir, alterar, modificar, é muito mais palatável”, acentuou Lira.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Naufrágio em dique seco

Jair Bolsonaro participou, ontem, de reunião bilateral com o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, em Nova York, onde estão para participar da 76ª Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), hoje. Em vídeo divulgado nas redes sociais do presidente da República, o premier afirma que havia prometido visitar o Brasil, mas a pandemia da covid-19 impediu a viagem. O tema da covid-19 dominou o encontro.

Entretanto, quem quiser que se engane, o pano de fundo das relações estratégicas entre o Reino Unido e o Brasil são a forte presença comercial chinesa no continente, o controle do Atlântico Sul, área de influência dos ingleses, e o acordo militar com a França para construção do submarino nuclear brasileiro. Além disso, o Brasil apoia as pretensões da Argentina no sentido de recuperar a soberania sobre as Ilhas Malvinas (Falkland Islands), arquipélago localizado na plataforma continental da Patagônia, porém um território ultramarino britânico.

De abril a junho de 1982, a Argentina tentou recuperar o controle do território, mas levou uma surra da Marinha inglesa, com apoio logístico dos Estados Unidos e constrangida neutralidade brasileira. A derrota na Guerra das Malvinas colocou em xeque a doutrina de segurança nacional dos países da América do Sul, inclusive o Brasil, pois supunha-se que o aliado principal contra qualquer outra potência de fora do subcontinente eram os EUA. O conceito de “Amazônia Azul” e a decisão de construir um submarino nuclear em parceria com a França, para aumentar o seu poder de dissuasão nas nossas águas territoriais, têm tudo a ver com as Malvinas.

Na semana passada, Reino Unido e EUA protagonizaram um novo acordo militar com a Austrália, ou seja, no Pacífico e no Índico, no qual se comprometeram a fornecer submarinos nucleares àquele país da Oceania. Parlamentarista, a Austrália faz parte dos Reinos da Comunidade de Nações (Commonwealth realms), cuja chefe de Estado é a Rainha Isabel II (Elizabeth II). O acordo detonou o contrato de US\$ 65 bilhões da Austrália com a França para compra de 12 submarinos franceses com propulsão convencional.

Após o anúncio do acordo militar entre Austrália, EUA e Reino Unido, a China também reagiu e considerou a aliança uma ameaça “extremamente irresponsável” à estabilidade regional. Pequim reivindica soberania sobre parte do Mar da China Meridional, muito rico em recursos naturais e importante rota comercial. Por isso, rejeita as pretensões territoriais de outros países da região, como Vietnã, Malásia ou Filipinas.

Submarino brasileiro

Acontece que o projeto de construção do submarino nuclear brasileiro, uma parceria com a França, nunca agradou aos EUA e ao Reino Unido. Os franceses forneceram tecnologia para construção do casco do submarino, um grande desafio. O reator nuclear, porém, foi todo desenvolvido pela Marinha brasileira (usará combustível com apenas 6% de urânio, contra um mínimo de 15% dos franceses e 90% dos norte-americanos).

O almirantado “economiza arroz” para viabilizar o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa Nuclear da Marinha (PNM), mas o projeto está naufragando em dique seco, com cortes de 31% e 49%, respectivamente, no seu orçamento. Para garantir a continuidade mínima do projeto, a Marinha precisa recuperar R\$ 267,5 milhões que seriam destinados ao Prosub, mas foram vetados por Bolsonaro.

O Brasil possui quatro submarinos da classe Tupi (Tupi, Tamoi, Timbira, Tapajó), um da série Tikuna e o Riachuelo, da classe Sporpene, o primeiro do Prosub. O Humaitá, em fase de testes, é o segundo. Terceiro e quarto, respectivamente, o Tonelero estava programado para ser lançado em dezembro deste ano, enquanto o Angostura, em dezembro de 2022. O valor total dos quatro submarinos convencionais é de 100 milhões de euros, o equivalente a R\$ 630 milhões em câmbio atual. Somados, é mesmo valor do submarino movido por energia nuclear, cujo nome será Álvaro Alberto, o almirante que liderou o programa nuclear brasileiro.